

## A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização

Theresa Adrião  
Teise Garcia  
Nadia Drabach

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

### Resumo

O artigo analisa a influência de empresários na educação pública do Estado de São Paulo (SP) na primeira gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no âmbito do Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infraestrutura e dando início à primeira geração de privatização da educação estadual. O estudo se pauta em pesquisa documental e indicou a presença de dezesseis grupos/empresas atuando isoladamente sobre a gestão, a oferta e o currículo de escolas específicas com abrangência, portanto, limitada. Não se localizou formas sistêmicas de ação que indicassem graus de articulação entre os atores. O estudo indicou ainda que as iniciativas potencializaram a articulação de parte dessas empresas para influírem no período seguinte sobre a definição das políticas educacionais de SP.

**Palavras chave:** privatização; empresários; filantropia; São Paulo; educação

## The influence of private actors in paulist education: the first generation of privatization

### Abstract

This paper analyzes the influence of entrepreneurs in public education in the State of São Paulo, Brazil in the first cycle of administration of the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), within the scope of the State Program for the Private Initiative Participation in the Provision of Public Services and Execution of Infrastructure Work, beginning the first generation of state education privatization. This study is based on documentary research and indicated the presence of sixteen private groups/companies acting in isolation on the management, supply and curriculum of specific schools with a limited influence scope. No systemic forms of actions were found to indicate articulation degrees between the actors. This study also indicated that the initiatives enhanced part of the articulation of these companies to influence the definition of educational policies in São Paulo in the following period.

**Keywords:** privatization; entrepreneurs; philanthropy; São Paulo; education

## Introdução

Este artigo analisa o que designa como embrião da atuação, entre 1995 a 2004, de atores privados associados ao setor corporativo junto a escolas da rede estadual de São Paulo identificados com a “filantropia de risco” (*venture philanthropy*), expressão cunhada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em documento de 2014. De acordo com Adrião (2018), em 2012 a OCDE instituiu uma rede global constituída por um pequeno grupo de fundações cujo objetivo é oferecer “expertise” e recursos para países em desenvolvimento e pobres, como alternativas às crises fiscais vivenciadas por países da “zona do Euro” até então responsáveis pelo financiamento à ajuda internacional.

Tais atores são identificados também como filantropocapitalistas (BISHOP; GREEN, 2008), como filantropia corporativa (BALL, 2008) ou novos filantropos (ROBERTSON; VERGER, 2012). Ainda, segundo Adrião (2018), para o caso brasileiro, a atuação desse segmento difere da incidência política característica das redes de *advocacy*, cujo sentido relaciona-se à construção de posicionamentos e influências políticas assemelhando-se aos lobbies. A prática difere também da tradicional atuação de empresários do campo educacional e de entidades de cunho caritativo ou filantrópico muitas vezes expressa na eleição de quadros para o legislativo ou na indicação de nomes para cargos ou funções públicas, incluindo-se os Conselhos de Educação, como analisado por Pinheiro, 1991; Cunha 1995; Sanfelice, 2005 e, mais recentemente, por Jardim, 2019.

O artigo adota o sentido de privatização da educação pública proposto por Belfield e Levin (2002), entendido como processos de transferência de atividades, ativos e responsabilidades dos governos e organizações públicas para indivíduos, atores ou agências privadas. Além disso, a privatização é frequentemente pensada como “liberalização” -quando não há regulamentações governamentais para a atuação do setor privado- ou como “mercantilização” -quando novos mercados são criados como serviços alternativos aos governamentais- (BELFIELD; LEVIN, 2002, p. 19, tradução livre). No caso aqui analisado, trata-se da transferência de responsabilidades da secretaria estadual de educação paulista sobre três dimensões da educação: o currículo, a oferta educacional e a gestão escolar.

O período corresponde aos anos 1995 a 2004, determinado em função da vigência da Resolução nº 234 de 1995, normativa que institucionalizou os apoios privados às escolas estaduais paulistas, como expressão no campo educacional da política de privatização da gestão pública introduzida pelo primeiro governo do PSDB.

Com base em estudos anteriores sobre a educação paulista durante os governos do PSDB – Cortina; Paro (2000), Adrião (2001, 2006), Viriato (2001), Adrião e Garcia (2014)- entendemos que a indução à privatização é constitutiva da política educacional, sendo institucionalizada a partir da Resolução 235 de 1995.

O artigo analisa a incidência dos filantropocapitalistas, considerando duas categorias: a **abrangência** da sua atuação junto à rede de ensino e o **grau** de articulação entre esses atores privados para essa atuação. A categoria abrangência refere-se tanto ao escopo das ações realizadas pelo setor privado nas dimensões da educação, quanto ao conjunto de segmentos envolvidos nas ações desses novos filantropos. Já o grau de articulação buscou identificar se a inserção desses atores privados decorreu de ação individual e isolada ou se pressupôs ações articuladas entre atores configurando-se em uma ação sistêmica

Partindo de levantamento realizado em pesquisa desenvolvida por Souza e Gallini (1997), que identificou escolas estaduais apoiadas por organizações da sociedade civil até 1996. De sua análise, selecionou-se os apoios realizados por empresas ou entidades empresariais a partir de 1995 considerados como transferência de responsabilidades governamentais sobre gestão, currículo e oferta educacional. Agregou-se a esse conjunto ações identificadas via consulta a informações e

documentos desses atores privados, de modo que as ações consideradas para esta análise incidiram sobre vinte escolas estaduais e foram protagonizadas por dezesseis atores de base empresarial<sup>1</sup>.

Trata-se de resultado de pesquisa qualitativa e documental. Os dados foram inventariados entre julho de 2019 e fevereiro de 2020 em fontes primárias, como documentos governamentais e documentos institucionais das organizações privadas localizados por consulta às respectivas páginas da *internet*. Entretanto, as principais fontes são secundárias: Relatório de Pesquisa Parceria empresa-escola no Estado de São Paulo: mapeamento e caracterização (SOUZA; GALINI, 1997), artigos, dissertações e teses de doutorado relativos à política educacional dos dois primeiros governos do PSDB (1995-1998 e 1999-2004) localizados por meio de consulta ao *Scielo-br* e ao banco de tese da Capes.

O artigo organiza-se em três partes, além desta introdução. Na primeira, apresentam-se informações relativas à ambiência na qual a Resolução 234 foi instituída. Um segundo item analisa a abrangência das ações desenvolvidas pelos atores privados a partir de sua institucionalização, seguido dos perfis dos atores privados de base empresarial que pactuaram essas ações junto às escolas, qualificando-os em função do seu grau de articulação e de sua incidência sobre a política educacional no período. Por fim, o artigo sistematiza os argumentos encontrados que subsidiam a tese de que se trata de uma primeira geração de privatização da educação pública paulista protagonizada por empresários que atuaram, mesmo que individualmente, como “novos filantropos” (ROBERTSON; VERGER, 2012).

### **O texto da Resolução 234/1995 e a ambiência de implantação**

Ainda que vários estudos indicassem ser a municipalização do ensino fundamental o fim último da política paulista do período, no contexto das alterações do padrão de gestão educacional instituído, os estudos de Cortina e Paro (2000), Adrião (2001), Martins (2000), Viriato (2001) e Santos (2018) também destacaram, como constitutiva dessas alterações, uma significativa mudança na relação entre segmentos do setor empresarial e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE).

Do ponto de vista normativo, a mudança foi percebida pela introdução de mecanismos de formalização da cooperação, termo inicialmente adotado para as relações estabelecidas entre as escolas e o setor privado. Não se tratava mais de iniciativas apenas de escolas e comunidade; a ideia do estímulo à prestação de serviços pela iniciativa privada no lugar da ação estatal passou a integrar a política do governo.

Assim, a primeira geração da privatização da educação paulista inscreve-se no marco do Decreto nº 40.000 de 16/03/95. A partir de então criou-se o Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infraestrutura. O Programa era justificado pela necessidade de destinação dos recursos fiscais do estado de São Paulo para áreas onde sua atuação fosse “indispensável e insubstituível”; abarcava a administração direta e indireta do governo e visando “propiciar à iniciativa privada a prestação de serviços e execução de obras de infraestrutura [...] e a redução de investimentos públicos” (ADRIÃO, 2006; 2008).

No caso da educação, as iniciativas foram regulamentadas pela Resolução 234/95, que criava um grupo de acompanhamento das iniciativas de cooperação vinculado à coordenação da instância técnica de planejamento da Secretaria EE (Assessoria Técnica de Planejamento Educacional - ATPCE); instituía o trâmite a ser seguido pela escola iniciado pela manifestação de interesse do/a Diretor/a; definia a Associação de Pais e Mestres, ouvido o Conselho de Escola, como unidade

<sup>1</sup> Observa-se as dificuldades para o levantamento das informações, tendo em vista a inexistência de banco de dados sobre as unidades escolares antes de 1998.

executora das parcerias considerando sua natureza jurídica de direito privado, e indicava os termos a serem adotados para os acordos entre as Associações de Pais e Mestres (APM) e a chamada “comunidade”, denominação atribuída ao conjunto da sociedade civil e empresas. As cooperações/parcerias institucionalizam-se por meio de um Protocolo de Intenções de Cooperação técnica-financeira entre a APM e o ator privado, a quem se previa a elaboração de projeto em conjunto com as escolas, acompanhando seu desenvolvimento; aplicação de recursos financeiros e “humanos” e participação no gerenciamento (SP-SEE, 1995, art. 4º).

A análise *ex post*, realizada por este estudo, confirma o entendimento de que a privatização da educação foi constitutiva da política educacional do período ao institucionalizar as ações implementadas inicialmente de forma voluntária pelo setor privado à dinâmica da SEE. Esta foi a base para o que aqui denominamos de **Primeira geração da privatização**, iniciada com a Resolução/SEE nº 234.

### **Dimensões da privatização da educação, abrangência e grau de atuação do setor privado na educação pública paulista**

Os apoios e cooperações implantados pelo setor empresarial junto à rede estadual paulista envolveram a assunção de responsabilidades e a influência sobre três dimensões da política educacional oferta educacional, currículo e gestão, cuja divisão decorre de estratégia metodológica reconhecendo-se, conforme Adrião (2018), que a política educacional envolve a interconexão entre tais dimensões.

A primeira dimensão, relativa à privatização da oferta educacional, operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público (direta ou indiretamente) à oferta educacional por provedor privado, aumento da oferta educacional por provedores ou ator privados e introdução de políticas ou programas de escolha parental. A segunda dimensão -privatização da gestão da educação- pode ser captada em dois âmbitos: privatização da gestão educacional, envolvendo a proposição por atores privados de orientações que assumem caráter sistêmico e a privatização da gestão escolar, relativa à introdução de mecanismos no âmbito de unidades escolares específicas como a transferência da gestão da escola para organização privadas ou a incorporação de orientações elaboradas por atores privados pela gestão escolar. A privatização do currículo, por fim, corresponde à transferência ou assunção por atores privados dos processos pedagógicos incluindo elaboração e desenvolvimento de recursos pedagógicos e insumos curriculares (ADRIÃO, 2018).

As formas específicas assumidas pela privatização nas três dimensões em análise encontram-se sistematizadas nos quadros que seguem.

Quadro1: Privatização da oferta educacional (1995-2004): atores, ações, segmento alvo e número de escolas envolvidas

<b>Ator privado</b>	<b>Ações identificadas para oferta educacional</b>	<b>Segmento alvo</b>	<b>Número de escolas</b>
Usina da Barra	Assistência alimentar e fornecimento de material escolar; pagamento a professores	Estudantes; professores	1
Infraero	Cessão de área, apoio à manutenção e edificação	Estudantes; professores; gestores	1
Microcamp Intern.	Fornecimento equipamentos (computadores)	Estudantes	1
Usina Catanduva S.A.	Compra de carteiras escolares	Estudantes	1

Champion Papel e Celulose Ltda.	Fornecimento de materiais para laboratórios	Estudantes	1
Companhia Suzano de Papel	Construção e manutenção do prédio escolar	Estudantes; professores; gestores	1
Ecil S/A Prod. e Sist. e medição e controle	Apoio financeiro e transporte em contrapartida a oferta de vagas a funcionários da empresa	Estudantes	1
Cia de Luz e Força Santa Cruz	Contratação de professor	Estudantes	1
Porto Seguro Seguradora	Financiamento de reformas e doação de equipamentos	Estudantes; professores; gestores	3
Kellogs Brasil e Cia	Financiamento de reformas; contratações de funcionários e doação de equipamentos	Estudantes; professores; gestores	1
Fundação Peter Von Siemens	Compra de materiais didáticos e pagamento de professor	Estudantes; professores	1

Fonte: As autoras, a partir de Souza e Gallini (1997) e consulta a páginas oficiais de empresas e escolas

A dimensão de privatização *Oferta Educacional* é foco de atuação de onze atores privados, expressando-se sob a forma de incidência sobre as condições infraestruturais de oferta e provimento de equipamentos.

O padrão é a ação em uma única unidade escolar, exceção da Porto Seguro Seguradora, que atuava em três escolas. O segmento alvo constante em todas as treze escolas nesta dimensão era formado por estudantes. Sete atores privados atuavam em mais de uma dimensão, como se verifica no Quadro 2 que traz as informações sobre a dimensão *Currículo*.

Quadro2: Privatização do currículo (1995-2004): atores, ações, segmento alvo e número de escolas envolvidas

Ator privado	Ações identificadas	Segmento alvo	Número de escolas
Microcamp Int.	Fornecimento de material didático	estudantes	1
Usina Santa Adelaide	Cursos oferecidos a professores	professores	1
Natura S/A	Apoio pedagógico, avaliação de desempenho e desenvolvimento de projetos culturais	estudantes professores	1
Champion Papel e Celulose Ltda	Fornecimento de materiais didáticos, formação de professores e realização de eventos	estudantes professores	1
Usina Catanduva S.A.	Contratação de capacitador para professores	professores	1
Cia. Suzano de Papel	Promoção de palestras sobre meio ambiente	estudantes; professores; gestores	1
Porto Seguro Seguradora	Formação de professores; pagamentos adicionais a docentes	professores	3
Instituto Liberal de São Paulo	Financiamento de programas de capacitação diretores, coordenadores e professores	professores gestores	3

Ecil S/A Prod. e Sistemas de medição e controle	Financiamento de material didático	estudantes	1
Câmara Am. de Com.-Brasil/EUA e Instituto Qualidade de Ensino	Orientação técnica e formação docente, avaliação de rendimento escolar	professores estudantes	1
Kellogg's Brasil e Cia.	Financiamento de material didático	estudantes	1
Fundação Kellogg	Financiamento de projetos para estudantes	estudantes	1

Fonte: As autoras, a partir de Souza e Gallini (1997) e consulta a páginas oficiais de empresas e escolas

De acordo com o Quadro 2, percebe-se que o foco prioritário das ações desses segmentos operou-se na dimensão currículo: dezesseis unidades escolares das vinte que compuseram o estudo. Em sua maioria, incidiu sobre o processo pedagógico, por meio da capacitação e incentivos financeiros aos docentes envolvidos. Com menor expressividade, identificou-se projetos e programas de avaliação de desempenho dos estudantes e fornecimentos de materiais didáticos.

O segmento *professor* foi alvo dessas ações em doze unidades escolares. Em sete escolas, atingiram a mais de um segmento. Frisa-se que tanto o Instituto Liberal, quanto a Porto Seguro Seguradora atuavam em três escolas com projetos relacionados concomitantemente à gestão e currículo. A menor incidência dos atores privados ocorreu no âmbito da *gestão escolar*. Apenas o Instituto Liberal incidiu sobre esta dimensão associada ao currículo, posto que seu foco foi a capacitação de professores e gestores.

A maior parte dos atores privados eram empresas. Apenas duas fundações (Fundação Kellogg e Fundação Peter Von Siemens) e dois institutos, o Instituto Liberal de São Paulo e o Instituto Qualidade de Ensino foram localizados, todos associados a segmentos empresariais. Dentre os atores privados com fins lucrativos encontram-se grandes corporações, como a Porto Seguro Seguradora, a Companhia Suzano de Papel, Kellogg's do Brasil e Natura S/A, esta já em atuação no campo educacional antes mesmo da criação do Instituto Natura, como será visto no item posterior. Os atores privados indicados neste estudo, predominantemente, atuavam em uma única unidade escolar: quatorze, dentre os dezesseis localizados.

### **Atores privados de base empresarial e os apoios às escolas: indicações sobre a iniciativa, perfil e incidência no período**

Para caracterização das empresas que protagonizaram ações junto às escolas no período considerado nesta geração da privatização, foram consideradas aquelas que:

1. Permaneceram em atuação no estado de São Paulo até 2004;
2. Apresentaram em suas páginas na internet informações relativas às iniciativas junto às escolas ou tiveram as iniciativas reportadas pela imprensa;
3. Assumiram junto às escolas ações relativas às dimensões da política educativa aqui consideradas: gestão, currículo e oferta educacional conforme Quadros 1 e 2.

Como mencionado, as informações foram coletadas em pesquisas anteriores, páginas institucionais de cada empresa por meio do uso dos descritores parceria, nome da escola, apoio, escola e responsabilidade social. Além disso, consultou-se relatórios com informações aos acionistas e matérias publicadas na imprensa disponíveis na *web*. Com os mesmos descritores associados ao nome da empresa ou de pessoas identificadas pela mobilização dos apoios a escola, procedeu-se à consulta na plataforma *Google* em até cinco páginas.

## Natura S.A

Matéria publicada pela Folha de São Paulo em 1994, relativa à “adoção” de escolas estaduais por empresas, informava que a iniciativa partiu de um conjunto de empresários associados a um movimento conhecido como Pensamento Nacional de Bases Empresariais<sup>2</sup> e à Câmara Americana de Comércio. Informava ainda que oito escolas foram contatadas pelos empresários para o estabelecimento das parcerias, tendo destaque a iniciativa da Natura. Entrevista de um então funcionário da empresa explicava que a aproximação partiu da escola em 1992, ao solicitar apoio para uma festa, tendo evoluído para a reforma do prédio da EE Matilde Maria Cremm, localizada em Itapeirica da Serra, onde a empresa estava instalada. Na segunda fase dos apoios, o representante da empresa declara que “era preciso mais que ajuda financeira e partimos para os problemas pedagógicos”, razão pela qual a Natura contrata uma consultoria para realizar diagnóstico da escola. A lógica expressa na matéria é a “dos todos ganham”: escola, empresa e comunidade (Folha de São Paulo, 1994).

Em relatório de 2001, a empresa informa ser a primeira do Brasil a associar-se ao *Global Reporting Initiative*<sup>3</sup>, organização internacional que tem como objetivo principal disseminar globalmente os conceitos de responsabilidade social empresarial e orientar as companhias na implantação e divulgação de suas iniciativas sustentáveis.

Rocha (2013) destaca o estabelecimento de parcerias com distintas organizações da sociedade civil, como a Ação Educativa e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais e o fato de o Projeto Crer Pra Ver ter sido coordenado por Maria de Fátima Freire Dowbor, educadora reconhecida e filha de Paulo Freire. De acordo com relatório anual de investimento da empresa, antes do Crer para Ver, a Natura já apoiava duas escolas estaduais: Escola Estadual Professor Elcio José Pereira Cotrim e a Escola Estadual Matilde Maria Cremm (Relatório Anual Natura, 2005, p. 1034).

## Porto Seguro Seguradora

Artigo publicado pelo jornal Valor Econômico em 2006, sob o título “Pioneiro propõe incentivo fiscal” (ADACHI, 2000, p. A16), destacava o protagonismo de Jayme Garfinkel, proprietário da Porto Seguro, nas atividades de parcerias com três escolas públicas na região de Paraisópolis/São Paulo. Segundo a matéria, a empresa investia R\$3 milhões por ano para dar suporte a três escolas estaduais em Paraisópolis e para custear um projeto de educação pré-escolar para crianças de quatro a seis anos da comunidade, materializado na escola de educação infantil Crescer Sempre.

O Programa Escola em Parceria, cujo nome foi posteriormente incorporado à política educacional do estado paulista, foi criado e implementado por Garfinkel em escolas de Paraisópolis, região periférica da cidade de São Paulo, localizada ao lado de bairros nobres e da sede do governo do Estado.

O programa, além de incidir sobre o currículo das escolas (por meio da oferta de formação aos professores e da remuneração de horas trabalhadas para os envolvidos no projeto), financiava

<sup>2</sup> Criado em 1987 e institucionalizado em 1990, o PNBE agrega empresários paulistas de médio porte e matriz progressista, integrado inicialmente por lideranças como Hélio Mattar, Sergio Mindlin, Emerson Kapaz e Oded Grajew. Consulta à página da entidade indica desatualização das informações sobre sua composição a partir de 2016. Apoiar a United Nations Global Compact issues new report to help companies advance human rights. Disponível em: <http://www.pnbe.org.br/category/institucional-2/historico>. Acesso em: 26 nov. 2019.

<sup>3</sup> Mais informações em: <https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em: out. 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra\\_natura\\_2005\\_0.pdf](https://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra_natura_2005_0.pdf). Acesso em: out. 2019.

reformas e aquisição de equipamentos. Em estudo sobre a escola Etelvina de Góes Marcucci, Sousa (2000) observava que a empresa

Vem fazendo investimentos na escola anualmente, desde 1991, de acordo com as demandas apresentadas pela escola. Inicialmente as ações priorizaram a melhoria das instalações físicas da escola, ao que se seguiu o pagamento de profissionais, permanentes ou prestadores de serviço temporário, que contribuem com o desenvolvimento do trabalho escolar. A título de exemplo, vale citar a contratação de psicopedagoga, fonoaudiólogo, psicólogo e o pagamento de horas extras para os professores que participam do projeto. (SOUSA, 2000, p.79)

Ampliando as iniciativas no campo educacional, a empresa criou em 1998 a Associação Crescer Sempre, responsável pela oferta de vagas gratuitas na educação infantil. De acordo com ata de reunião do Fórum Multientidades de Paraisópolis (FMP), cujo objetivo declarado era “articular e integrar ações em rede que contribuam para a melhoria da qualidade de vida na comunidade como um todo” (FMP, 2017), a Associação tinha, como critério para matrícula, a residência na comunidade.

### **Fundação Kellogg**

As informações sobre os apoios a projetos desenvolvidos na escola Filomena Matarazzo foram identificadas em artigos acadêmicos e documentos institucionais da Fundação Kellogg e da ONG Ação Educativa. Não se registrou a presença da empresa propriamente dita.

Segundo Kisil (1993), a Fundação Kellogg atua na América Latina desde 1941 e em vários países do mundo em áreas como educação e saúde e desenvolvimento sustentado. No caso da educação básica, destaca-se a iniciativa Comunidade de Aprendizagem.

Entre 1999 e 2002 a Fundação apoiou o Projeto Integrar pela Educação, cujas atividades se desenvolviam em escolas públicas e centros educativos comunitários na Zona Leste do município de São Paulo. Para Giglio, Ghanem e Madeira (2004), o projeto foi realizado na Escola Estadual Condessa Filomena Matarazzo, que, ademais, entre 2001-2002, contou com o apoio da ONG Ação Educativa para a implantação de um outro projeto: Cinema e Vídeo Brasileiro nas Escolas, neste caso apoiado financeiramente pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e desenvolvido no âmbito do programa Crer para Ver associado ao Instituto Natura e do projeto Integrar pela Educação mantido pela Fundação W. K. Kellogg (GAHNEN, 2013, p. 104).

### **Fundação Siemens/Peter Von Siemens**

A empresa, a qual se associa à Fundação Siemens, chegou ao Brasil em 1867 para instalar a primeira linha de telégrafo entre a residência do imperador e a cidade de Rio Grande. Em 1905, torna-se a primeira multinacional eletroeletrônica a se estabelecer no Brasil: Cia. Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckertwerke.

O projeto “Inteligência Emocional na Escola”, patrocinado pela Fundação, propunha-se entre 1997 e 2018 a ganhar escala junto às escolas. De acordo com o Relatório de Atividades da Fundação Siemens Brasil (2017), o projeto foi idealizado pelo Grupo Ser Consultoria em Gestão de Pessoas, objetivando melhorar o desempenho de alunos do Ensino Fundamental de escolas localizadas nos arredores das empresas. O projeto envolvia profissionais das escolas, comunidade e funcionários da empresa que atuavam como voluntários e multiplicadores das atividades, entretanto, encerrou-se em 2018, sem que se tenha localizado justificativa (FUNDAÇÃO SIEMENS, 2017).

### Usina Santa Adelaide / Instituto Usina de Sonhos

A Usina Santa Adelaide, no período do primeiro governo do PSDB, financiava curso gratuito de Filosofia para professores e desenvolvia o Projeto Usina dos Sonhos em escola pública na cidade de Dois Córregos (GALLINI, 1997; SOUSA, 2000). O Projeto Usina dos Sonhos transformou-se no Instituto Usina de Sonhos criado pelo poeta e empresário José Eduardo Mendes Camargo já em agosto de 1995.

Há indicações de manutenção de atividades relacionadas à disseminação de experiências com poesia em escolas e outros espaços culturais. Entretanto, a pesquisa na plataforma *Google* não localizou informações sobre ações específicas com escolas estaduais. Além disso, até 2018, a associação participava do Mutirão da Saúde em uma escola oferecendo gratuitamente exames oftalmológicos e óculos para os estudantes.

### Instituto Qualidade no Ensino - IQE

De acordo com informações disponíveis em sua página na internet, o IQE foi fundado em 1994 como uma associação de caráter educacional financiada por empresas e por meio de parcerias com governos. A iniciativa partiu da Câmara Americana de Comércio (Amcham - SP) e buscou elaborar um Programa Qualidade na Escola voltado para a introdução de estratégias de gestão empresarial como ferramenta para a melhoria de escolas públicas de ensino fundamental (BRUNO, 1997).

Ainda segundo o site do Instituto, no mesmo período o IQE elabora o “Kit Escola”, constituído de materiais de divulgação de metodologias de qualidade empresarial para distribuição em escala.

Interessante destacar que seu Presidente foi Marcos Magalhães, protagonista da reforma educacional em Pernambuco dez anos depois, por meio de outro Instituto, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), o qual seria ator fundamental na introdução do modelo de ensino Médio Integral em 2011 (ADRIÃO; GARCIA, 2014).

### Suzano Papel e Celulose

Mantém programa de voluntariado (Programa Voluntariar) para seus funcionários e familiares desenvolvendo ações realizadas em parceria com a *Junior Achievement*, estas associadas ao projeto “As Vantagens de Permanecer na Escola”. O grupo informa desenvolver os programas: Introdução ao Mundo dos Negócios; Vamos Falar de Ética e Empresário-Sombra Por Um Dia, envolvendo dois mil quinhentos e treze alunos de escolas localizadas nas regiões em que a empresa está instalada.

As demais seis organizações privadas de base empresarial, que atuavam nas escolas nesta primeira geração, tiveram suas atividades interrompidas por diferentes razões:

- A Infraero por meio de programa de concessão transferiu a gestão do Aeroporto de Viracopos para o Grupo empresarial Aeroportos Brasil-Viracopos, deixando assim de atuar na cidade de Campinas.
- A Kellogg’s do Brasil transferiu sua atuação para Santa Catarina, enquanto a Microcamp Internacional declarou falência e a Usina Catanduva foi adquirida por outro grupo empresarial.
- A Usina da Barra e a Champion Papel e Celulose Ltda. foram incorporadas a grupos internacionais; a primeira, pela holding Cosan Limited em 2002; a segunda, em 2000 pela International Paper.

Por fim, não se localizou informações sobre a ECIL e a Cia de Luz e Energia de Santa Cruz.

## Notas finais sobre a primeira geração da privatização da educação paulista

Este estudo concentrou-se na apresentação e na análise da dinâmica percebida entre empresas e escolas estaduais paulistas regulamentadas a partir de 1995 como decorrência do Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infraestrutura instituído pelo primeiro governo do PSDB no estado de São Paulo.

Souza e Galini (1997) identificaram apoios de empresas a escolas estaduais em períodos anteriores a 1995; entretanto, este estudo identificou que a regulamentação desses apoios impulsionou a atuação dos filantropocapitalistas e instituiu a transferência de responsabilidades para o setor privado como política da SEE expressa na Res. 234/95 e no já citado Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infraestrutura.

Ainda assim, esta primeira geração da privatização caracterizou-se por ações pulverizadas por parte dos grupos empresariais, posto que a maioria atuava em unidades escolares específicas, sem articulações entre si. Apenas a Porto Seguro Seguradora e o Instituto de Qualidade de Ensino atuavam em mais de uma unidade escolar.

Em relação à dimensão da política educativa que mais sofreu a influência dos atores privados, percebeu-se que doze iniciativas empresariais voltaram-se para aspectos relacionados aos currículos (aporte de insumos curriculares, contratação e formação docente, adoção de sistemáticas de avaliação etc.), desenvolvendo-se em quatorze escolas. A influência nas condições de oferta educacional (pagamento de professores para aulas extras, oferta de atividades no contra turno; etc.) foi identificada em onze iniciativas, em treze escolas. Por fim, a gestão escolar foi tratada em um único programa, em três unidades.

Tais cooperações se caracterizaram por sua volatilidade, identificada pela interrupção das ações junto às escolas, inclusive em virtude da finalização de suas próprias atividades: em função de falências, fusões ou do encerramento da presença na região/país das empresas. Mudanças em políticas internas, alterações de posicionamento no mercado e outras tantas associadas a interesses corporativos e alheias à educação, inviabilizam o prosseguimento de projetos e reforçam a fragilidade de políticas de privatização da educação como a que se expressa no texto da Resolução 234 de 1995.

Os dezesseis atores de base empresarial considerados neste estudo integram a primeira geração de iniciativas de privatização na educação, caracterizada por projetos atomizados, ainda que institucionalizados. Tratou-se, do ponto de vista da abrangência, de ações formalizadas entre escolas específicas e empresas ou associações individuais, de modo que a política de incentivo a atuação de atores privados na educação, neste momento não adquiriu caráter sistêmico.

Em relação ao grau de articulação entre os atores, não se detectou formas sistêmicas de ação. Por outro lado, três empresas que experienciaram projetos neste período assumiram papel de destaque na configuração de futuras políticas educacionais paulistas a partir de 2004, como é o caso da Natura, do Instituto de Qualidade de Ensino e da Porto Seguro Seguradora.

## Referências

- ADACHI, Vanessa. Pioneiro propõe incentivo fiscal. **Valor Econômico**. 2006, especial, p. A16.
- ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 110-122, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/51031/31749>. Acesso em: jun. 2020.
- ADRIÃO, Theresa. **Educação e produtividade**: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.

ADRIÃO, Theresa. Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo. **Educação & Sociedade**, vol. 29, n. 102, p. 79-98, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0529102.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

ADRIÃO, Theresa. Sobre a incidência do setor privado nas redes estaduais de ensino no Brasil: até onde os dados chegaram e o que se toma por fazer. In: ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise (Orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018.

BALL, Stephen. New Philanthropy, New Networks and New Governance in Education. **Political Studies**, v. 56, p. 747-765, 2008.

BELFIELD, Clive; LEVIN, Henry M. **Education Privatization: Causes, Consequences, and Planning Implications**. Paris: UNESCO-IIPE, 2002. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/education-privatization-causes-consequences-and-planning-implications-10263>. Acesso em: jun. 2020.

BISHOP, Matthew; GREEN, Michael. **Philanthrocapitalism: How rich can save the world**. Bloomsbury Press, 2008.

BRUNO, L. E. N. B. Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo. In: Dalila Andrade Oliveira (Org.). **Gestão Democrática da Escola**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, v. 1ª, p. 7-31.

CORTINA, Roseana Leite; PARO, Vitor Henrique. **Política educacional paulista no governo Covas (1995-1998): uma avaliação política sob a perspectiva da modernização**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação pública: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (Org). **Política Educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

Empresas adotam oito escolas de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de julho de 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/12/cotidiano/16.html>. Acesso em: jun. 2020.

GALINI, Marcos Evandro. **Parceria na educação: iniciativas dos governos do estado de São Paulo de incentivo à parceria com escolas públicas, a partir de 1987**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2005.

GIGLIO, Célia. Maria; GHANEM, Elie; MADEIRA, Vera Lúcia Silva. Integrar por la educación. São Paulo. Brasil. In: NEIROTTI, Nerio; POGGI, Margarita. **Evaluación de proyectos de desarrollo educativo local: aprendiendo juntos en el proceso de autoevaluación**. Buenos Aires: IIPE Unesco, 2004, p. 177-207.

JARDIM Antônio; CAIO Eduardo. **Financiamento da Educação em Disputa: o Conflito Público Privado na Câmara dos Deputados**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2019.

KISIL, Marcos. A Fundação W. K. Kellogg e o desenvolvimento da enfermagem na América Latina. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, **Ribeirão Preto**, v. 1, n. 1, p. 37-42, jan. 1993.

MARTINS, Angela Maria. A política educacional paulista: controvérsias em torno dos conceitos de descentralização e autonomia - 1983 a 1999. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 83, p. 527-549, 2003.

OCDE. **netFWD Venture Philanthropy in Development: dynamics, challenges and lessons in the search for greater impact**. Paris: OECD Development Centre, 2014.

PINHEIRO, Maria Francisca Sales. **O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte (1987-1988)**. UnB, 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

ROCHA, Naira Ressurreição. **A presença do Instituto Natura na escola pública paulista**: aportes ao debate. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2013.

SANFELICE, José Luis. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina Martins; SILVA, Tânia Mara da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SANTOS, Maria José dos. **Hibridismo administrativo e influência de agentes privados**: marcas da estrutura organizacional da SEESP. Dissertação Mestrado (Educação) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2018.

SÃO PAULO, SEE. **Resolução SE 24, de 5 de abril de 2005**. Dispõe sobre Escola em Parceria.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica. **Decreto nº 40.000, de 16 de março de 1995**. Institui o Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada, na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-Estrutura e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Secretaria do Estado da Educação. **Resolução 234, de 2 de outubro de 1995**. Dispõe sobre Escola em Parceria.

SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian. Parceria escola-empresa no Estado de São Paulo: mapeamento e caracterização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 70, p. 171-188, abr. 2000.

SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian; GALINI, Marcos Evandro. Projeto: Parceria empresa-escola no estado de Estado de São Paulo: mapeamento e caracterização. **Relatório de pesquisa**, São Paulo, FE, 1997.

VIRIATO, Edaguimar Orquizas. **Política educacional do Estado de São Paulo (1995-1998)**: desconstrução da escola pública. PUC-SP, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

### Sites consultados

NATURA. **Relatório Anual - Exercício 2002**. São Paulo, 2003. Disponível em: [https://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra\\_natura\\_2002\\_1.pdf](https://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra_natura_2002_1.pdf). Acesso em: jun. 2020.

CHANGEMAKERS. **About: Impact**. Disponível em: <https://www.changemakers.com/pt-br/about/impact>. Acesso em: jun. 2020.

SALDAÑA, Paulo. Alunos não aparecem e direção fecha portões. **Estadão**, São Paulo, 5 jul. 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,alunos-nao-aparecem-e-direcao-fecha-portoes-imp-,576388.amp>. Acesso em: mai. 2020.

PARAISÓPOLIS. **Ata de Reunião do Fórum Multientidades de Paraisópolis r5**. 27 abr. 2017. Disponível em: [http://paraisopolis.org/wp-content/uploads/2017/06/Ata-Multi-27abr17\\_r5.pdf](http://paraisopolis.org/wp-content/uploads/2017/06/Ata-Multi-27abr17_r5.pdf). Acesso em: ago. 2019.

COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM. **O que é uma Comunidade de Aprendizagem?** Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/o-projeto>. Acesso em: ago. 2019.

INDUSTRIATIVIDADE. Disponível em: <http://industriatividade.com.br/programa-experimento-da-fundacao-siemens-estimula-interesse-cientifico-vai-beneficiar-30-mil-em-2017/>. Acesso em: ago. 2019.

SIEMENS FUNDAÇÃO. **Relatório de Atividades Siemens Fundação Brasil - Ano Fiscal 2017**.

Disponível em: <https://www.siemens-fundacao.org/wp-content/uploads/2018/12/Fundacao-Siemens-Relatorio-de-atividades-2017.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

NATURA. **Relatório Anual Natura 2005**. São Paulo, 2006. Disponível em: [https://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra\\_natura\\_2005\\_0.pdf](https://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra_natura_2005_0.pdf). Acesso em: mai. 2020.

GHANEM, Elia (Org.). **Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais**. Experiências a partir da sociedade civil brasileira. São Paulo: Ashoka; Avina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Disponível em: [http://www.cedaps.org.br/wp-content/uploads/2013/07/politicas\\_publicas.pdf](http://www.cedaps.org.br/wp-content/uploads/2013/07/politicas_publicas.pdf). Acesso em: jun. 2020.

INSTITUTO QUALIDADE DE ENSINO. **O Instituto**. Disponível em: <http://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php>. Acesso em: jun. 2020.

MERMEJO, Rafael. Natura 50 anos: Conheça os marcos de sua história. **Rafael Mermejo Consultor Digital**, 21 ago. 2019. Disponível em: <http://rafaelconsultor.com.br/2019/08/21/natura-50-anos-conheca-os-marcos-de-sua-historia/>. Acesso em: jun. 2020.

BOVESPA. **Prospecto definitivo de distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão de Natura Cosméticos S.A.** 24 mai. 2004. Disponível em: <http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivosExibe.asp?protocolo=34104>. Acesso em: jun. 2020.

PNBE. **Histórico**. Disponível em: <http://www.pnbe.org.br/category/institucional-2/historico>. Acesso em: jun. 2020.

GRI. **About GRI**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em: jun. 2020.

INDUSTRIATIVIDADE. Disponível em: <http://industriatividade.com.br/programa-experimento-da-fundacao-siemens-estimula-interesse-cientifico-vai-beneficiar-30-mil-em-2017/> Acesso em: jun. 2020.

### Theresa Adrião

Professora livre docente, colaboradora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Professora Visitante na Universidade do Mato Grosso/UNEMAT. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE).

**E-mail:** [theadriao@gmail.com](mailto:theadriao@gmail.com)

### Teise Garcia

Professora livre-docente na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Departamento de Educação, Informação e Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo/USP Ribeirão Preto. Coordenadora do Greppe/Ribeirão Preto.

**E-mail:** [teiseg2@gmail.com](mailto:teiseg2@gmail.com)

### Nadia Drabach

Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, pesquisadora do GREPPE. Diretora do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES.

**E-mail:** [nadiapdrabach@gmail.com](mailto:nadiapdrabach@gmail.com)